



HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu d'aurora.

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Alma do mar e à luz do céu profundo,
Fulgura a Bandeira, e a estrela de Orléans,
Luz em luz, ilumina o Brasil.

O desafio da participação e da universalização dos direitos

Para a situação da infância no Brasil avançar, é preciso que governos, empresários e sociedade civil assumam sua parcela de responsabilidade e contribuição

Trabalhar para que a situação da infância brasileira seja prioridade deve ser tarefa de toda a sociedade. Cabe ao poder público, nos três níveis de administração, parte importante da resposta. No entanto, não se deve esperar que o governo isoladamente forneça todas as soluções. O efetivo enfrentamento das dificuldades só ocorrerá quando os principais atores sociais atingirem um grau de conscientização que incentive uma ação coordenada e plural.

Definir as melhores formas de enfrentar as dificuldades tem sido tema freqüente de debates entre a sociedade e os formuladores de políticas públicas de todo o mundo. Reunidos na Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2002, chefes de Estado e de Governo resolveram reafirmar e ampliar os compromissos da agenda definida na Cúpula Mundial pela criança (1990). Assim, surgiu *Um mundo para as crianças*, guia importante que sugere ações e fixa metas para o enfrentamento dos problemas da infância,

segundo a proposta de atuação articulada de toda a sociedade.

Um mundo para as crianças ressalta que a questão da infância envolve a discussão de todos os aspectos relacionados à luta por uma sociedade mais justa e democrática. “Enfatizamos nosso compromisso de criar um mundo para as crianças onde o desenvolvimento humano sustentável, levando em conta os melhores interesses das crianças, é construído nos princípios da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social e da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento”, destaca o texto. Sua base conceitual está vinculada também à Declaração do Milênio da ONU, documento histórico aprovado na Cúpula do Milênio que reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo e de 191 países presentes ao encontro (*veja nos destaques o resumo dos dois documentos*).

Como signatário do documento *Um mundo para as crianças*, o Brasil se comprometeu a realizar esforços para melhorar significativamente seus indicadores em relação à infância. Com o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, por exemplo, o País estabeleceu a melhoria e a expansão da edu-

cação infantil, o objetivo é chegar a 2015 com uma taxa de mortalidade infantil de 16 por mil (*veja mais no capítulo Infância ainda vulnerável*).

São obrigações do governo e da sociedade expressas na Constituição: o direito a vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes. Mesmo assim, o cumprimento da “absoluta prioridade” imposta no artigo 227 da Carta ainda é um grande desafio. Para que a sociedade realmente avance em relação às metas estabelecidas e saiba também responder às demandas específicas de suas comunidades, é importante que cada grupo social entenda sua parcela de responsabilidade e contribuição.

Aos governos, cabe definir e executar políticas públicas abrangentes e consistentes, e esforçar-se para sempre destinar os recursos necessários aos projetos. Empresários têm também papel importante, ao adotar práticas de respon-

Para que o Brasil consiga melhorar seus indicadores em relação à infância é importante que cada grupo social entenda a sua parcela de responsabilidade

ção infantil como uma de suas ações. A meta é aumentar o atendimento para 65% do total das crianças de até 6 anos até 2007 (*veja mais no capítulo Acesso e qualidade: os grandes desafios*). O Brasil também se comprometeu a reduzir em no mínimo um terço a desnutrição de crianças menores de 5 anos (*detalhes no capítulo Ameaça à saúde*). Quanto

Um mundo para as crianças

Princípios e objetivos

1. Colocar as crianças em primeiro lugar. Em todas as medidas relativas à infância será dada prioridade aos melhores interesses da criança.

2. Erradicar a pobreza. Investir na infância e realizar os direitos da criança estão entre as formas mais efetivas de erradicar a pobreza. Medidas imediatas devem ser tomadas para eliminar as piores formas de trabalho infantil.

3. Não abandonar nenhuma criança. É necessário eliminar todas as formas de discriminação contra as crianças.

4. Cuidar de cada criança. As crianças devem ter o melhor início de vida. Sua sobrevivência, proteção, crescimento e desenvolvimento com boa

saúde e uma nutrição adequada são as bases fundamentais do desenvolvimento humano.

5. Educar todas as crianças. Todas as meninas e todos os meninos devem ter acesso à educação primária obrigatória, gratuita e de boa qualidade. As disparidades de gênero devem ser eliminadas.

6. Proteger as crianças da violência e da exploração. As crianças devem ser protegidas de todo e qualquer ato de violência, maus-tratos, exploração e discriminação, assim como de terrorismo e de ser mantidas como reféns.

7. Proteger as crianças da guerra.

As crianças devem ser protegidas dos horrores dos conflitos armados.

8. Combater o HIV/Aids. É necessário proteger as crianças e suas famílias dos efeitos devastadores do HIV/Aids.

9. Ouvir as crianças e assegurar sua participação. Devemos respeitar seus direitos de se expressar e de participar em todos os assuntos que lhes dizem respeito, de acordo com sua idade e maturidade.

10. Proteger a Terra para as crianças. Devemos defender nosso ambiente natural com sua diversidade biológica, sua beleza e seus recursos, tudo aquilo que melhora a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

sabilidade social corporativa que melhorem as condições de vida e sustentabilidade das comunidades e, em conseqüência, de suas crianças. As organizações não-governamentais, as entidades de classe, os movimentos sociais e outras instituições têm duplo papel. Em determinadas circunstâncias, atuam diretamente na linha de frente, colocando em práticas ações concretas de defesa e garantia dos direitos da criança. Mas também encaminham reivindicações e fiscalizam a atuação dos governos para assegurar que seus pontos de vista e suas necessidades sejam atendidos.

PRIORIDADE ORÇAMENTÁRIA À CRIANÇA

Se não houver dotação suficiente de recursos para as políticas públicas dedicadas à criança – e se esses valores não forem efetivamente aplicados na execução orçamentária –, nenhum planejamento terá efeitos concretos.

A preocupação com os direitos da criança deve estar presente na elaboração e na execução das leis orçamentárias dos três níveis da administração pública. Para cumprir as determinações de prioridade à infância presentes na Constituição federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante haver recursos para financiar políticas que cumpram essas determinações.

Ao elaborar suas peças orçamentárias, é fundamental que o Executivo e o Legislativo busquem auxílio da sociedade. Assim, conseguirão definir as prioridades com mais clareza e poderão somar esforços com as iniciativas de caráter não-governamental, otimizando a distribuição dos recursos. Organizações que trabalham com a infância têm importantes contribuições a dar na elaboração do orçamento.

Um dos grandes problemas referentes ao orçamento público tem sido o contingenciamento de recursos. Muitas vezes o governo simplesmente deixa de liberar verbas previstas na lei orçamentária. Em outras situações, acaba depositando os montantes apenas nos últimos meses do ano, o que dificulta a execução de uma política planejada.

A educação infantil enfrenta também outro

sério problema de financiamento. A criação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) teve como conseqüência indireta menos investimentos na educação

Se não houver recursos suficientes para as políticas dedicadas à criança, nenhum planejamento terá efeitos concretos

infantil. Isso porque a lei determina que, dos 25% de impostos estaduais e municipais obrigatoriamente investidos em educação, 60% sejam repassados ao ensino fundamental. Para tentar corrigir essas distorções, tramita na Câmara dos Deputados a proposta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Esse fundo garantiria o repasse de recursos federais, estaduais e municipais não só para o ensino fundamental, mas também para a educação infantil e o ensino médio.

Com o objetivo de monitorar a destinação de recursos para a população infantil no orçamento público, foi criado em 1995 pelo UNICEF o Orçamento Criança, com metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Trata-se de um instrumento de controle administrativo e social que estabelece parâmetros para a atuação dos gestores públicos e o acompanhamento da sociedade.

MAIS PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Ao longo das últimas décadas, o Brasil realizou ajustes institucionais importantes. Muitos deles estão relacionados ao aumento da conscientização para os direitos infantis, reconhecidos e priorizados na Constituição federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (existentes nos níveis federal, estadual e municipal), os Conselhos Tutelares e os conselhos setoriais (como os de Assistência Social,

Embora os conselhos sejam peças fundamentais na estrutura institucional criada para defender os direitos das crianças, é preciso garantir que eles funcionem efetivamente em todos os municípios e todas as unidades da Federação. Segundo dados do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia), do governo federal, em julho de 2005 havia 4.260 Conselhos Tutelares e 4.561 Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente para um total de 5.560 municípios do País. E, mesmo nos lugares onde eles já foram criados, existem problemas, como falta de estrutura e falhas no funcionamento.

A articulação entre os diferentes conselhos de políticas públicas e o Poder Executivo é importante para garantir o atendimento integral dos direitos da criança. Mas assegurar o desenvolvimento da criança não é responsabilidade apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel essencial, e para isso precisa estar capacitada a cumprir sua função. Fortalecer as competências familiares tem sido, portanto, uma das prioridades do UNICEF (*leia mais no capítulo Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas*). Além disso, crianças e adolescentes também devem participar da discussão e definição das políticas públicas.

A IMPORTÂNCIA DO APOIO EMPRESARIAL

O empresário também deve participar diretamente no desenvolvimento da primeira infância. Ao gerir suas companhias em consonância com as melhores práticas de responsabilidade social corporativa, contribui para melhorar a situação de vida de seus empregados e, em consequência, de suas crianças. Ao respeitar as normas ambientais, ajuda também a garantir condições para o desenvolvimento sustentável, evitando a penalização das próximas gerações. O empresário pode ainda ser aliado em projetos e ações sociais, participando de sua elaboração e destinando recursos a projetos de interesse das crianças, entre outras formas de auxílio.

Ao lado dos demais segmentos da sociedade, os empresários são responsáveis por esta-

Garantir o desenvolvimento da criança não é função apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel essencial

Educação ou Saúde) fazem parte da mudança institucional surgida após a redemocratização do País. São organizações que garantem mais transparência e participação nas decisões de políticas públicas, seja abrindo espaço para a atuação direta (por meio da escolha de representantes para os Conselhos dos Direitos, por exemplo), seja intermediando as necessidades da população e os serviços públicos correspondentes (como nos Conselhos Tutelares).

belecer condições para que todas as crianças tenham uma vida digna e saudável. A empresa considerada socialmente responsável ouve os interesses dos diferentes atores relacionados com o seu negócio (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los ao planejamento de suas atividades.

A preocupação com a responsabilidade social corporativa deve, portanto, incluir também os direitos da criança. Um empresário consciente precisa empenhar-se pessoalmente, e envolver sua companhia, na transformação social da comunidade e da realidade infantil.

Em 2000, as Nações Unidas estabeleceram o Pacto Global, conjunto de princípios e metas cuja finalidade é fazer as empresas avançarem em suas práticas de responsabilidade social. O pacto conta com a adesão de mais de cem empresários no Brasil e mais de 2 mil em todo o mundo.

Há diversas maneiras de os empresários se envolverem. Podem, por exemplo, desenvolver ações, como doação de produtos, patrocínio de campanhas, apoio a eventos beneficentes e a outros projetos voltados à criança. O governo reconhece a importância do engajamento empresarial no auxílio às políticas de cuidado com a criança e incentiva a participação por meio da concessão de incentivos fiscais: as empresas têm a oportunidade de destinar 1% do imposto de renda devido como pessoa jurídica ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (pessoas físicas também podem fazer doações).

Esse fundo é gerenciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por selecionar e indicar os projetos a serem apoiados. A empresa que faz destinações regulares de recursos ao fundo recebe do conselho um relatório informando como e onde os recursos foram aplicados, além de um documento posterior com os resultados dessas ações. Assim, além de ajudar concretamente com aportes financeiros, a empresa pode acompanhar os resultados concretos de seu esforço – incentivando a continuidade do ciclo de participação e o sentimento de co-responsabilidade sobre as políticas públicas.

Ampliar as doações aos fundos e fazer com que a responsabilidade social corporativa seja amplamente difundida são desafios a ser cumpridos

Esse é mais um desafio a ser cumprido: ampliar as doações dos empresários aos fundos, bem como fazer com que a responsabilidade social corporativa seja amplamente difundida e implantada nas empresas. A sociedade como um todo pode participar, defendendo essas posições diante de líderes empresariais, usando seu poder como consumidor para dar preferência a produtos e serviços de empresas comprometidas com a responsabilidade social e apoiando o trabalho de instituições especializadas, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Akatu.

Como vivem as crianças indígenas sateré-mawés

Conhecer a realidade das crianças indígenas é um dos grandes desafios do Brasil. O diagnóstico, que começou a ser feito pelos Sateré-Mawés, na Amazônia, permitirá a construção de políticas públicas mais direcionadas para as necessidades dessa população

Os Sateré-Mawés são hoje produtores de guaraná. Comercializam parte da produção no Brasil e chegam até mesmo a exportá-la para a França. No entanto, isso não é suficiente para garantir qualidade de vida, nutrição e saúde adequada a todas as suas crianças e seus adolescentes. Foi por esse motivo – entre outros – que, no início de 2002, o UNICEF aceitou o desafio de apoiar a realização de um Diagnóstico Sociodemográfico Participativo da População Sateré-Mawé¹.

A maior parte desse povo vive no estado do Amazonas, nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá Laranjal, na região do Médio Amazonas. Uma parte reside em áreas urbanas dos municípios de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Oliná do Norte, todos próximos da divisa entre os Estados do Amazonas e do Pará. O principal objetivo do estudo era apresentar dados que pudessem contribuir para o planejamento de projetos, programas e políticas direcionados às crianças e aos adolescentes e ajudar no desenvolvimento sustentado das comunidades dessa etnia.

O trabalho só pôde ser concluído em 2005, com o lançamento do relatório final do diagnóstico. Ela-

borado desde o princípio com participação intensa de lideranças, professores, agentes comunitários de saúde e alguns jovens estudantes sateré-mawés, o estudo revelou uma realidade até então desconhecida. No total, foram levantados 8,5 mil residentes que se autodenominaram sateré-mawés e visitados 1.759 domicílios, localizados nas 91 comunidades e nas áreas urbanas dos municípios mencionados.

Graças ao diagnóstico, descobriu-se que os níveis de fecundidade da população sateré-mawé são altos: cada mulher tem aproximadamente oito filhos. Foram encontradas meninas de 13 anos que já são mães e mulheres com mais de 49 anos que continuam a ter filhos.

A migração dos Sateré-Mawés também revelou ser grande. Mais de metade dos que moram nas terras indígenas já mudou ao menos uma vez de local de residência. Quanto à religião, o diagnóstico apontou a adoção maciça de práticas não-indígenas: 65% dos Sateré-Mawés declararam frequentar a Igreja Católica. Há também fiéis das Igrejas Batista, Adventista e Assembléia de Deus, entre outras.

1. O diagnóstico é resultado de uma parceria com: Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi-AM), Fundação Joaquim Nabuco, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, Fundo de População das Nações Unidas, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

ATENDIMENTO DEFICITÁRIO

A esses dados, soma-se um cenário preocupante no que diz respeito à saúde e à educação, que mobilizou o UNICEF imediatamente. Nas áreas indígenas, só 34% das crianças de menos de 1 ano haviam sido registradas. Apenas 60,3% das mulheres que receberam atendimento pré-natal fizeram referência à verificação da pressão arterial, e 45,2% se lembravam de ter sido pesadas. Tais procedimentos podem apontar indícios precoces de eclampsia, quadro clínico que põe mãe e criança em risco de vida. Além disso, das mulheres que tiveram atendimento pré-natal no ano que antecedeu à realização do diagnóstico, 28,4% declararam não ter realizado nenhum tipo de exame.

O estudo verificou ainda que a taxa líquida de escolarização nas quatro séries iniciais do ensino fundamental apresenta percentual ainda muito baixo (87%). Nas áreas indígenas, foram encontradas 148 crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola. Verificou-se também que não há oferta regular das quatro últimas séries do ensino fundamental nem de ensino médio. Esses dados demonstram que as ações governamentais para educação escolar indígena estão distantes de cumprir os preceitos constitucionais.

RISCO DE EXTINÇÃO

O diagnóstico também permitiu identificar as comunidades onde a língua sateré-mawé está desaparecendo. Em média, 95,9% dos moradores das terras indígenas ainda dominam e praticam seu idioma original, mas nas comunidades do rio Ariaú, por exemplo, 60% das pessoas já perderam o domínio da sua língua. Na região do Uaicurapá, 26% só falam português. Com esses dados, o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem direcionar de forma muito precisa seus esforços de resgatar e fortalecer a língua sateré-mawé, que corre risco de extinção.

Os dados relativos às atividades econômicas dos Sateré-Mawés apontam o desaparecimento quase total da pesca e o fim gradativo da caça, além de mudanças importantes nas dinâmicas econômicas nas próprias terras indígenas. Como consequência, esses fatos repercutem na nutrição e na saúde das crianças.

As equipes de pesquisadores integradas exclusivamente por cidadãos e cidadãs sateré-mawés circularam durante meses para fazer o levantamento da realidade de seu próprio povo. O esforço já traz resultados concretos – e incentivou o UNICEF a apoiar estudos semelhantes em terras de outras etnias.